

TITULA BRASIL: DA FALÁCIA DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO À PRIVATIZAÇÃO DAS TERRAS DE ASSENTAMENTO: UM ESTUDO SOBRE O ASSENTAMENTO DE AMARALINA EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA.¹

João Gabriel Andrade Sampaio Oliveira²,
Suzane Tosta Souza³

RESUMO

Historicamente, o campo brasileiro foi atravessado pelos interesses e domínio do capital. Desse modo, a estrutura fundiária do Brasil sempre esteve sob o apanágio da propriedade privada da terra, a qual é sancionada, assegurada e protegida pela estrutura legal do Estado. Tal concepção materializa-se no movimento da história através da constituição, inicialmente, das Sesmarias que mesmo estando sob o domínio formal da coroa lusitana concedia liberdade de uso para que os colonos exercessem o controle sobre as terras a eles confiadas como propriedade privada. Com a ofensiva do capital e a ebulição de tensões sociais a um apelo ao processo de judicialização que, em 1850, introduz a Lei de Terras responsável por fixar a compra como único meio de acesso à terra no Brasil. Esses marcos históricos cristalizam a consolidação da propriedade privada, do latifúndio e das relações de trabalho no campo. Assim emerge a Questão Agrária no Brasil, a partir do avanço do capital no campo, produzindo uma estrutura fundiária altamente concentrada e reservando aos despossuídos da terra o trabalho a ser explorado na propriedade privada. O descontamento e a contestação da reprodução da realidade descrita faz surgir as lutas sociais no campo que logo são traduzidas em uma luta pela Reforma Agrária como meio de acesso à terra e combate ao latifúndio e a agricultura capitalista. Contudo, com a ofensiva do capital no campo e sua demanda pela subsunção do trabalho e da terra, a luta pela Reforma Agrária é convertida na esfera do Estado em políticas públicas que quando necessárias se expressam como funcionais ao capital, não constituindo modificações radicais na estrutura fundiária do país. O Programa Titula Brasil (2021) nasce, inicialmente, sobre o rótulo de política de Reforma Agrária, mas se expressa concretamente como instrumento que visa o apagamento da luta pela terra com objetivo de entregar ao mercado e a propriedade privada terras de assentamento de Reforma Agrária conquistadas por meio da luta camponesa no Brasil. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo compreender o movimento de institucionalização que pavimentou o caminho para consolidação do Titula Brasil e seus desdobramentos no município de Vitória da Conquista – Ba, com destaque para o assentamento de Amaralina. Conclui-se que a concessão massiva de Títulos de Domínio expressa a transformação dos assentamentos em uma fronteira de avanço do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Privatização de Terras, Programa Titula Brasil, Questão Agrária, Reforma Agrária.

¹ Agradecimentos a FAPESB pelo financiamento, o que permitiu permanência e dedicação do discente bolsista em seus estudos e atividades acadêmicas.

² Discente do curso de Graduação em Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista FAPESB de Iniciação Científica – Programa de Iniciação Científica da UESB, no projeto: “Luta pelo trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do urbano”, sob orientação da Prof.^a Dra. Suzane Tosta Souza. Email: joaoaso2001@gmail.com.

³ Prof.^a Dra. Suzane Tosta Souza, do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UESB (PPGeo-UESB). E-mail: suzane.tosta@uesb.edu.br.

Titula Brasil: from the fallacy of rural modernization to the privatization of settlement lands – a study on the Amaralina Settlement in Vitória da Conquista, BA.

Historically, the Brazilian countryside has been shaped by the interests and dominance of capital. In this sense, Brazil's land structure has always been under the aegis of private property, sanctioned, guaranteed, and protected by the legal framework of the State. This conception materialized throughout history, beginning with the Sesmarias system, which, although under the formal control of the Portuguese Crown, granted settlers freedom of use, allowing them to exercise control over the land entrusted to them as private property. With the advance of capital and the eruption of social tensions, a process of judicialization took place, leading in 1850 to the enactment of the Land Law, which established purchase as the only legal means of accessing land in Brazil. These historical milestones crystallized the consolidation of private property, large estates (latifundia), and labor relations in the countryside. Thus, the Agrarian Question in Brazil emerged from the expansion of capital in rural areas, producing a highly concentrated land structure and relegating the landless to labor exploitation on private estates. The discontent and resistance to this reality gave rise to social struggles in the countryside, which were soon translated into a demand for Agrarian Reform as a means of accessing land and combating both the latifundium and capitalist agriculture. However, with the advance of capital in the countryside and its demand for the subsumption of land and labor, the struggle for Agrarian Reform was converted, within the sphere of the State, into public policies that, when implemented, proved functional to capital, without producing radical changes in the country's land structure. The Titula Brasil Program (2021) initially emerged under the label of an Agrarian Reform policy, but in practice, it functions as an instrument aimed at erasing the struggle for land, with the purpose of transferring agrarian reform settlement lands—historically conquered through peasant struggles in Brazil—into the sphere of the market and private property. In this context, the present study sought to understand the process of institutionalization that paved the way for the consolidation of Titula Brasil and its effects in the municipality of Vitória da Conquista, Bahia, with emphasis on the Amaralina Settlement. It is concluded that the massive granting of Land Titles represents the transformation of settlements into a new frontier for the advance of capital.

Keywords: State, Privatization of Land, Titula Brasil Program, Agrarian Question, Agrarian Reform

INTRODUÇÃO

A partir da análise de Martins (2003), a constituição da Lei de Terras em 1850 altera o processo de destinação de terras no Brasil, transformando-as em mercadoria, pois instaura a compra, seja de sujeitos privados ou da União, como único meio de adquirir terras no país. Desse modo, é sancionada pelo Estado uma vedação econômica para o acesso à terra. Assim, cristaliza-se a propriedade privada ao mesmo tempo que sua face oculta, isto é, a cisão entre o trabalho e a terra. Por isso, Martins (2003) afirma que a Questão Agrária, no Brasil, é também uma questão do trabalho visto que a negação do acesso à terra é também uma negação do trabalho.

O descontentamento e as tensões que nascem das contradições do campo no Brasil fazem emergir lutas sociais que logo são traduzidas em uma luta pela Reforma Agrária. Contudo, no Brasil, a Reforma Agrária não se realizou em seus termos clássicos de uma

reestruturação fundiária, ao invés vez disso, é conduzida por meio de políticas públicas que não tem por finalidade solucionar a Questão Agrária no país. No seio do Estado, tais ações são convertidas, quando necessário, em funcionais à acumulação e reprodução do capital. A partir de 2014, normativas legais foram sancionadas a fim de realizar um processo de privatização das terras de assentamento no Brasil (Ferreira, 2025). Posto isto, o presente trabalho buscou analisar o movimento de institucionalização do Programa Titula Brasil (2021) e seus efeitos no município de Vitória da Conquista -Ba, com destaque para o assentamento de Amaralina. Tal programa se expressa como marco normativo estruturado com o propósito de conduzir o apagamento da luta por terra, ao mesmo tempo que transforma os assentamentos de Reforma Agrária na nova fronteira onde o capital pode avançar (Ferreira, 2025).

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa fundamenta sua leitura da realidade em processo a partir das proposições teóricas do materialismo histórico-dialético que permite uma análise para além da mera expressão aparente dos fenômenos, municiando e provocando o pesquisador a compreender as tensões e os antagonismos que atravessam as relações contraditórias da sociedade produtora de mercadorias. Assim, para alcançar os objetivos da pesquisa, trilhou-se o caminho metodológico de investigação e revisão bibliográfica, realização de leituras crítico-reflexivas, levantamento de dados estatísticos e entrevistas.

Para fundamentação teórica realizou-se leituras com objetivo de compreender a Questão Agrária no Brasil e seus desdobramentos a partir das contribuições de Martins (2003) e Oliveira (2007). Com intuito de entender o movimento de institucionalização das políticas de Reforma Agrária via esfera legal ao longo dos governos brasileiros após a redemocratização foram efetuadas leituras de Alentejano (2004); (2018); (2020), Mitidiero Jr (2020) e Sauer (2017). Para compreender o Programa Titula Brasil (2001) e seus efeitos, a pesquisa sustentou sua investigação na dissertação de Ferreira (2025) e nas informações públicas disponibilizadas por instituições do Governo do Brasil como o INCRA.

Foram também realizadas entrevistas com as famílias que residem no assentamento de Amaralina e com coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Vitória da Conquista – BA. O objetivo era apreender a cristalização do processo de titulação e a postura dos movimentos sociais frente a ofensiva do capital no campo.

Desse modo, a abordagem metodológica escolhida buscou uma aproximação relacional entre conhecimento academicamente produzido, a comunidade e os movimentos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A Reforma Agrária no Brasil é atravessada por processos sociais, políticos, econômicos e históricos que lhe são particulares. De modo geral, o país não conduziu uma Reforma Agrária que caminhasse em direção a uma reestruturação fundiária, ao invés disso, a converte na esfera do Estado em um conjunto de políticas públicas que não tem por meta solucionar a Questão agrária e suas contradições (Ferreira, 2025). Com a ofensiva do capital no campo e sua demanda pela subsunção de terra e trabalho, a Reforma Agrária que nasce da luta política pelo acesso à terra e em oposição ao latifúndio e a agricultura capitalista tem sido transformada em instrumento de privatização das terras de assentamento via políticas públicas travestidas de política de Reforma Agrária.

A titularização das terras de assentamento passou por sucessos atos normativos, mas foi durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) que a tendência se fortaleceu. Em 2020, o governo Bolsonaro publica uma portaria que institui o Programa Titula Brasil (2021) com a finalidade de agilizar o processo de titulação dos assentamentos de Reforma Agrária por meio da concessão de Títulos de Domínio definitivos (TD). Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - (2024), 2.109 municípios estavam aptos para aderir ao programa, sendo a Bahia o estado com maior número de municípios habilitados (171). Para participação no programa, os municípios deveriam preencher e assinar termos de adesão para análise do INCRA e, por conseguinte, firmar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) paralelamente a um plano de trabalho.

Desse modo, a Reforma Agrária passa por uma municipalização, uma vez que fica a cargo das prefeituras reconhecer as áreas passíveis de titularização, emitir relatórios e documentos para serem enviados ao INCRA para que em seguida seja realizada uma análise das informações obtidas e, posteriormente, executada a titularização. Tal condição é fortemente criticada devido a vulnerabilidade das políticas de Reforma Agrária aos interesses locais. Segundo o Observatório de Olho nos Ruralistas, em 2021 44% dos prefeitos que firmaram ACT's declararam bens rurais à justiça eleitoral durante as eleições municipais de 2020. Além disso, parte desses municípios se encontram em áreas de conflito agrário ativo ou estão no Arco do Desmatamento entre o Maranhão e o Acre.

Juntamente ao Titula Brasil, o governo Bolsonaro lançou a Plataforma de Governança Territorial (2021) como um sistema que tinha por objetivo simplificar e agilizar a titulação. Através da Plataforma o assentado poderia consultar dados, emitir documentos, solicitar o título e acompanhar o processo sem ter a obrigatoriedade de ir

presencialmente a uma unidade o INCRA. Isso reverberou nos movimentos sociais em uma desarticulação sob o estigma da individualização e emancipação via título de propriedade. A Plataforma Publicou uma lista com 738 assentamentos aptos para titulação, sendo Amaralina, em Vitória da Conquista – BA, um dos assentamentos listados.

A constituição de Amaralina como assentamento se deu antes das ocupações do MST na região. Portanto, desde as políticas iniciais com o “Projeto Assentamento Amaralina” (1987), a localidade vem sendo alvo de disputas e interesses políticos e econômicos que percorrem as diferentes esferas da institucionalidade. Apto pela Plataforma de Governança Territorial do governo Bolsonaro, Amaralina se torna alvo das políticas de titulação do governo. Atualmente, Amaralina possui cerca de 137 lotes que contemplam uma área de aproximadamente 2.700 hectares. Em 2021, primeiro ano do Titulo Brasil, Amaralina recebeu por volta de 72 TD's, ao mesmo passo que 41 famílias restantes se encontravam aptas para receberem TD's. Em 2025, Amaralina novamente foi contemplada pela titulação, onde 9 famílias receberam TD's. Desse modo, em um curto período, quase 60% dos lotes foram contemplados por TD's, transformando terras destinadas a Reforma Agrária em propriedade privada a serem assediadas via processos de especulação e pelo mercado de terras. Além disso, devido sua proximidade com o espaço urbano de Vitória da Conquista – Ba, em especial, a zona leste da cidade, onde se localizam os principais movimentos de especulação urbana do município, Amaralina também se torna alvo de interesses imobiliários urbanos.

CONCLUSÃO

A partir dos dados e das leituras referenciadas ao longo da construção do trabalho investigativo, é possível concluir que a concessão de Títulos de Domínio tem avançado, no Brasil, sob a égide do fetichismo da propriedade privada da terra e da subversão do assentado em empreendedor rural imerso ao mercado. Assim, no decorrer de seis anos (2017-2022), as políticas de (contra)Reforma Agrária caracterizadas pela privatização das terras de assentamento, proporcionaram um arrefecimento da luta pelo acesso à terra e permitiram, por meio da transformação de terras inalienáveis em propriedade privada, o assédio e avanço do mercado especulativo e da agricultura capitalista sobre as terras de assentamento conquistadas através da luta camponesa.

No município de Vitória da Conquista – Ba, onde a agricultura cafeeira tem importante expressividade e grupos organizados de ruralistas, como “Invasão Zero”, ocupam o cenário político, a concessão de Títulos de Domínio torna-se fundamental em nome da defesa da propriedade privada. Isso se evidencia com a titulação massiva de aproximadamente 60% dos lotes no assentamento de Amaralina em um período de

cinco anos. Nesse contexto, a titulação de terras por meio de políticas públicas e programas governamentais, como o Titula Brasil (2021), não apenas fortalecem a lógica da propriedade privada, mas também enfraquecem a luta histórica por Reforma Agrária, transformando uma demanda social em política de titulação e regularização fundiária em favor do processo de reprodução e acumulação do capital.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

1-ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira.** Revista OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.

2-ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma em marcha acelerada.** Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

3-FERREIRA, Jaqueline dos Santos. **Titula Brasil: o avanço da mercantilização das terras de assentamentos de reforma agrária no município de Petrolina-PE.** 2025. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

4-MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

5-MITIDIERO JUNIOR, M. A.; MOIZES, B. C.; MARTINS, L. A. **Parlamento parasitário, executivo fascista amador e a dramática Questão Agrária Brasileira.** Revista da ANPEGE, v. 16, p. 600-640, 2020.

6-OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção, Agricultura e Reforma Agrária.** USP-FFLCH, São Paulo, 2007.

7-BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assentamentos aptos à titulação.** Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/assentamentos-aptos>. Acesso em: 29 set. 2025.

8-BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Famílias recebem títulos definitivos em Vitória da Conquista (BA).** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/familias-recebem-titulos-definitivos-em-vitoria-da-conquista-ba>. Acesso em: 29 set. 2025.

9-BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Famílias são contempladas com 11 Títulos de Domínio em Vitória da Conquista (BA).** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/familias-sao-contempladas-com-11-titulos-de-dominio-em-vitoria-da-conquista-ba>. Acesso em: 29 set. 2025.

10-BRASIL. **Titula Brasil.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil>